

MARILENA CHAÚ E A COMUNICAÇÃO SOCIAL

Gilmar de Carvalho
(Professor do Curso de Comunicação Social
da Universidade Federal do Ceará)

1 – Introdução

Marilena Chaú é exemplo do intelectual que não apenas reflete sobre, mas interfere na vida do País, fazendo uma ponte entre uma carreira acadêmica de brilho e as refregas que se dão no âmbito da sociedade civil. Filósofa, com teses defendidas sobre Merleau-Ponty e Espinosa e estudos que vão do integralismo à repressão sexual da mulher, conhecida pelo vigor com que rompe com o marasmo das formulações meramente teóricas, se destaca na "intelligentzia" nacional pela lucidez de suas propostas e do papel crítico que vem desempenhando ao longo da história recente do Brasil.

Ainda que não tenha se detido a pensar a comunicação num sentido mais estrito ou com uma disciplina e determinação mais rígidas, conceitos como os de ideologia, discurso competente, questões como a cultura popular, o massivo, o conformismo e a resistência das classes subalternas são fundamentais para a elucidação de pontos básicos polêmicos do campo da comunicação social.

Este caráter interdisciplinar da comunicação, que incorpora o que o pensamento de Marilena representa de novo e instigante com o olhar comprometidamente brasileiro é, inegavelmente, um fator de enriquecimento pelo aporte de experiências várias e pelo aproveitamento de múltiplas contribuições a um campo que permanece aberto a estas influências, tirando partido da acusação que alguns autores fazem da falta de um objeto próprio e de sua autonomia como ciência.

Este texto pretende acompanhar, a partir de quatro de seus livros*, a reflexão da autora no campo da comunicação social, tentando organizar o que está aparentemente disperso e cristalizar um "corpus" básico da maior relevância para quem pretende pensar o campo comunicativo com a multiplicidade de enfoques que o tema permite em função de sua complexidade e importância na esfera social.

2 — A Controvertida Questão da Ideologia

Depois de Marx fica difícil considerar ideologia como um conjunto ou representação de idéias. Insistir nesta abordagem evidencia uma operação ideológica de esvaziamento da carga polêmica e contestatória da expressão, o que é feito, basicamente, pelo funcionalismo norte-americano que chega ao cúmulo de decretar, com Daniel Bell, a "morte" das ideologias, num mascaramento da luta de classes e da questão da dominação, conceitos diluídos numa concepção de história engendrada pelo capitalismo, que faz questão de não avançar no que essa história tem de contradição e de possibilidade de ruptura.

No texto **O que é ideologia**, que inaugurou a coleção Primeiros Passos, da Brasiliense, e que constituiu um sucesso de vendas, tendo superado, em mais de dez edições, a marca de 100 mil exemplares vendidos, Chauí parte de Marx e da "ideologia como ocultamento da realidade social" para colocar questões nem sempre suficientemente claras para quem pensa e vive a comunicação com todas suas repercussões e alcances éticos e políticos.

Se a ideologia como mascaramento da realidade mantém uma universalidade que já foi real, num determinado momento, ela é possibilitada pela luta de classes que, paradoxalmente, este conjunto de representações tenta mascarar, tornando prevalentes as idéias da classe dominante. A impessoalidade do discurso ideológico faz com que ele pare com a força de sentença e com a validação pelo chamado "senso comum", ganhando a aparência de significar a defesa dos interesses de toda a sociedade.

Esta operação consiste em apresentar as idéias como independentes da realidade histórica e social, de modo a fazer com que tais idéias expliquem aquela realidade, quando, na verdade, é essa realidade que torna compreensíveis as idéias elaboradas.

A ideologia é possibilitada pela alienação, na medida em que os homens se percebem produzidos pelas condições reais de existência e atribuem a origem da vida social a forças ignoradas, alheias às suas, superiores e independentes.

(*) O autor deste texto procurou sintetizar o pensamento de Marilena Chauí e articulá-lo em função dos temas básicos da comunicação social, tendo optado por fazer poucas citações aspeadas deste mesmo pensamento.

Uma tentativa de superar a rigidez esquemática desta concepção marxista veio com o conceito de hegemonia de Gramsci, o que implicaria na conservação das idéias e valores das classes dominantes, mesmo quando se percebe esta dominação e se luta contra ela.

Marilena não insiste muito nessa passagem da ideologia para a hegemonia, se atendo a uma concepção marxista mais ortodoxa, o que não significa que ao chamar a atenção para "as idéias fora do lugar", onde se evidencia o papel dos meios de comunicação de massa, ela não esteja contribuindo para que a discussão retome e aprofunde esta questão do ocultamento da realidade, de que a hegemonia gramsciana poderia representar um aperfeiçoamento, passível de revisões ainda mais radicais nestes tempos em que a comunicação passou a ter mais ênfase no contexto social.

3 – O Discurso Competente

Fica bastante claro que no discurso ideológico há vazios que são, em última instância, responsáveis por sua coerência. Ele não diz tudo porque não pode dizer tudo, é de sua essência.

Marilena Chauí aprofunda em **Cultura e Democracia** a necessidade de um emissor autorizado, o especialista, o que reforçaria a crença na objetividade científica. O receptor também seria autorizado e para ele seria preparado um espaço de fala como opinador ou contrador, desde que no interior do espaço previamente definido pela própria estrutura da emissão. Esta estrutura do campo comunicativo, destinada a produzir o sentimento da comunicabilidade plena e da participação teria a função de anteceder, regular, controlar e pré-determinar a própria comunicação.

Importante chamar a atenção para o fato das lacunas existirem não para serem preenchidas, mas para dar coerência a este discurso chamado competente, ao qual não se pode pensar em contrapor um discurso "ideológico" que não mascare o real, como forma de anular a operação ideológica propriamente dita. Serão inúteis as tentativas de reverter o quadro a partir deste ponto de vista.

A competência do emissor vem, num certo sentido, reforçar a exigência do diploma para o exercício da profissão jornalística, polêmica que sempre retorna à pauta das discussões sobre comunicação. A qualificação, que seria para muitos responsável por um jornalismo mais crítico e pelo salto qualitativo da qualidade editorial, é tida por outros como exigência cartorial, reserva de mercado de uma categoria que fecha as portas à livre manifestação do pensamento. Chauí não entra no mérito desta questão, mas mostra a contradição, pelo menos aparente entre a liberdade de expressão e a existência de tantos emissores autorizados quanto assuntos a serem tratados.

Se esta oposição da competência à livre manifestação não tem sido bem explicitada, a questão da democratização dos meios ocupa grande parte dos debates que envolvem a comunicação. Marilena Chauí chama a atenção para o monopólio dos meios, mais importante que sua capacidade manipuladora que tem sido cada vez mais questionada nos últimos tempos, com a valorização dos receptores, capazes de ler atenta e lucidamente as mensagens, selecionando as informações que irão fazer parte de seus repertórios. Este monopólio reforçado pela democratização das pesquisas e dos índices de audiência orienta a emissão dos veículos.

O chamado discurso competente, além de autorizado, seria o verdadeiro, porque enunciado pelo especialista que detém os segredos da realidade e que, indulgentemente, permite ao não-especialista a ilusão de participação do saber. O discurso competente exige a interiorização de suas regras sob pena de exclusão dos refratários sob as rubricas da incompetência, insociabilidade e marginalidade. Mas o especialista se distancia do discurso que enuncia, donde a magia da comunicação de massa de forjar uma comunidade transparente de emissores/receptores de mensagens sem autor, como tudo o que reproduz as operações ideológicas de dominação e manutenção do "status quo".

4 — Comunicação e Culturas Populares

A contribuição de Marilena Chauí ao estudo das culturas populares é significativa no contexto brasileiro e extrapola os limites da universidade ou dos círculos de iniciados em razão de sua ligação com a realidade que se traduz no exercício coerente de uma prática que se perfaz no cotidiano.

O recorte que ela propõe em **Conformismo e Resistência** é o de uma perspectiva marxista que analisa a questão a partir da luta de classes, aproximando as culturas populares da concepção oriunda do direito romano e que considerava a "plebs" como um conjunto de indivíduos sem cidadania. A partir desta raiz, até mesmo etimológica, fica fácil compreender cultura popular como a cultura dos dominados, o que, por sua vez, evidencia uma divisão social (ao popular corresponde um não-popular) que a ideologia visa a mascarar.

Marilena mergulha na filosofia e na história para buscar no embate permanente entre a Ilustração e o Romantismo, a explicação para a alternância que no Brasil estas posições assumem na explicação das manifestações subalternas. A oposição que se coloca é entre razão e sentimento, arte e natureza, luzes e tradição, presente racional e futuro progressivo versus o passado. Importante destacar a tutela das classes populares que chegou a ser exercida mesmo por segmentos das vanguardas revolucionárias; como no caso do CPC da UNE, na década de 60 e a domesticação

como estratagema para folclorizar ou regionalizar o popular, esvaziando-o de todo conteúdo potencialmente novo e revolucionário.

Neste sentido não se pode embarcar no equívoco dos países de capitalismo avançado que fizeram com que as expressões cultura popular e cultura de massas passassem a ser sinônimas. Fica evidente, nesta operação, o ardil para escapar do conceito de luta de classes e para situar as manifestações massivas como apogeu de uma democracia cultural criada pelos MCM, símbolos da liberdade de pensamento e expressão e da plena transparência da informação. Esta identificação entre popular e massivo chegou a ser defendida até pelos teóricos de Frankfurt (com exceção de Marcuse), acusados de um viés elitista, em que pese sua filiação marcadamente marxista.

No caso das culturas populares, assevera Chauí, a lógica se constitui durante os acontecimentos, o povo seria o sujeito da ação e não mero destinatário ou consumidor de mensagens, como no caso da cultura de massas. As diferenças entre os dois conceitos iriam além da organização e espontaneidade e adviriam de uma prática cuja lógica seria, no caso da cultura popular, a da constituição dispersa respondendo a condições novas, enquanto que a cultura de massas teria uma estrutura totalizante, dotada de referenciais e de regras anteriores à própria prática da comunicação.

Ainda em relação aos pontos de divergência entre a cultura popular e a cultura de massas, Chauí chama a atenção para a diferença entre produtores e destinatários. No caso do popular, seria uma manifestação cultural na qual os participantes de exprimem e se reconhecem em sua humanidade e condições sociais. Sob o ponto de vista massivo, existiria uma estrutura cultural da qual os indivíduos seriam convidados a participar, sob pena de exclusão e invalidação sociais ou de destituição cultural.

Admitir o caráter conformista da cultura popular diante da aceitação de padrões massivos não implicaria, por sua vez, numa regressão à perspectiva romântica do povo não ter direito à fruição do moderno e ser privado do contato com manifestações culturais contemporâneas. Tampouco na adoção da perspectiva liberal/ilustrada onde a minoridade da plebe vedaria o acesso à cidadania.

O caráter autoritário brasileiro, que nem teria chegado a concretizar liberalismo nem República, segundo Marilena Chauí, estaria presente na forte hierarquia com aparência de fluidez e nas relações com base na tutela e no favor. Este autoritarismo levaria, por sua vez, a uma memória autoritária que privilegiaria ações do alto e minimizaria a contestação e resistência populares. O aparato ideológico seria acionado para transformar diferenças e assimetrias em desigualdades e estas em relações de hierarquia, mando e obediência, que viriam à tona na ideologia da união e indivisão nacionais, num contexto em que a cidadania seria outorgada e retirada

pelas ditaduras, sendo a violência disfarçada em paternalismo e clientelismo e a cultura popular apropriada pelas classes dominantes através do Nacional-Popular.

Convém salientar, ainda segundo Chauí, que esta dupla articulação (Nacional-Popular) não se vincula à concepção gramsciana de resgate do passado histórico-cultural italiano como patrimônio das classes populares. No caso brasileiro, afirma Marilena em *Seminários*, o Nacional-Popular seria uma forma de anular a riqueza do popular e mascarar a questão da luta de classes a partir de uma mitologia verde-amarela, da elaboração de uma síntese com o nacional. Esta dupla operação negaria a nação como um fato discursivo e se basearia na unidade e indivisibilidade dos dois conceitos (nacional/popular), um sendo considerado a face externa, outro sua interioridade, operação realizada sob a égide do Estado, que é quem define, em última instância, o Nacional-Popular.

A possibilidade do caráter de resistência das manifestações subalternas é evidenciado por Marilena Chauí, sem cair numa idealização populista, mas levando em conta que a ambigüidade do popular é traço que denota sua fraqueza e força e que na lógica das culturas populares, o campo comunicativo se reestrutura segundo a prática, o desejo e o pensamento dos participantes.

5 – Algumas Conclusões

Ao fazer uma leitura cuja fundamentação é marxista, mas que se vale de outras tendências para uma compreensão da realidade, Marilena Chauí avança em relação à postura acadêmica sobre o popular, que constitui a essência de sua reflexão, sem o elitismo das barreiras que separam o "scholar" do povo, sem o equívoco do iluminismo autoritário e messiânico e sem o paternalismo de quem recorre a um sistema de valores para tornar a participação subalterna como típica e de menor importância no contexto social.

A maneira como a autora trata o popular conduz a um desvelamento de relações, a um esclarecimento de pontos de vista e à ruptura com papéis pré-estabelecidos. O saldo é um mergulho onde fica claro que no popular, a valorização do saber em oposição ao fazer, só se justifica enquanto reprodução de esquemas ideológicos que não têm sido rompidos ou denunciados por parte das camadas populares.

Do ponto de vista do exercício do jornalismo, a questão da ideologia vem esclarecer muitos itens omitidos ou não explicitados na nervosa rotina da atividade. Quanto à ética, a situação de emissor autorizado, dentro de veículos cujos critérios de concessão e cuja atuação cabe

aos profissionais manter em posição de permanente questionamento, vem a ser a pedra de toque de relação comunicativa.

Ao valorizar a questão da recepção, romper com o determinismo e passividade de quem consome as mensagens, que também podem vir a assumir o papel de emissores, Chauí se posiciona num contexto que se enriquece com as reflexões de Lins da Silva, Ciro Marcondes, Anamaria Fadul, Marques de Melo e que coloca o Brasil no centro de uma discussão polêmica, sujeita a permanentes revisões, mas atual, por tudo que a comunicação vem representando no contexto social contemporâneo.

Bibliografia

CHAUÍ, Marilena, **O que é ideologia**. São Paulo, Brasiliense, 1981.

————— **Seminários** (o nacional e o popular na cultura brasileira). São Paulo, Brasiliense, 1983.

————— **Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas**. São Paulo, Editora Moderna, 1984.

————— **Conformismo e resistência. Aspectos da cultura popular no Brasil**. São Paulo, Brasiliense, 1986.